



222
Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 18/89

"ESTABELECE AS SITUAÇÕES DE ADMIS
SIBILIDADE DAS CONTRATAÇÕES TEMPO
RÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 ,
IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."

CARLOS ALBERTO BEL CORREIA, Prefeito do Município de Barueri ,
usando das suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou
e ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Artigo 1º. As contratações de servidores por tempo determinado,
nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal, no âmbito da Administra-
ção Direta e Indireta do Município, somente serão admitidas em caso de:

- I - calamidade pública ou de comoção interna;
- II - campanhas de saúde pública ;
- III - implantação ou funcionamento de serviço público urgente e inadiável;
- IV - saída voluntária, dispensa ou afastamentos transitórios de servidores, cuja ausência possa acarretar prejuízos irreparaíveis aos serviços;
- V - execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidade esporádica.

Artigo 2º. As contratações dependerão de prévia e circunstanciada justificação do órgão interessado e de aprovação do Prefeito Municipal em regular procedimento administrativo.

Artigo 3º. As contratações serão feitas independentemente da existência de cargo, emprego ou função por prazo compatível a cada situação que não poderá exceder a 6(seis) meses.

Bel



223 Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único - Em caráter excepcional e a critério do Prefeito o prazo inicial poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Artigo 4º. As contratações de que trata esta lei serão feitas pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri,

Encaminhar as Comissões Permanentes desta Casa, para emitirem Pareceres a respeito.

Ba. 03/05/89.

(b)

C2 - BCP
CARLOS ALBERTO BEL CORREIA

- Prefeito Municipal -

O Vereador Joliete Alves dos Santos requereu "vistas" ao Projeto, o qual foi aprovado pelo Plenário, ficando o mesmo com o prazo de 03 dias para desenvolver-lo a Secretaria desta Casa.

Ba. 10/05/89.

(d)